Livros e exames de Retórica no tempo de Pombal: a emergência de uma disciplina de conhecimento

Books and exams of Rhetoric in the time of Pombal: the emergence of a discipline of knowledge

Maria Renata da Cruz Duran[*]
Universidade Estadual de Londrina

Junior César Pereira[**]
Universidade Estadual de Londrina

Resumo

Acusados de obscurantismo, seja por conta dos métodos de manutenção do poder conquistado, seja por conta do tipo de ensino praticado na época, o contributo dos missionários jesuítas foi considerado pernicioso à utopia iluminista que se apresentava em Portugal no século XVIII. A fim de redirecionar a formação do corpo administrativo do Estado lusófono, Pombal criou cadeiras ou Aulas Régias, pagando, via Estado, por um ensino público e laico no campo dos Estudos Menores. O conjunto era comporto por 7 disciplinas em que a Retórica, em português, recebeu maior destaque, uma vez que Pombal fixou no exame de retórica um ponto de intersecção entre os ensinos menor e maior. Na primeira etapa de implantação da disciplina, para lecionar era necessário realizar o exame da matéria em colégios reconhecidos, na época concentrados em Portugal e, sobretudo, na Universidade de Coimbra. Alguns dos primeiros exames foram realizados por estudantes que sequer tiveram contato com o ensino da disciplina, pelo menos em português, durante seus tempos de estudo. Os exames antecederam a publicação dos manuais que orientaram a disciplina a partir de 1756 e, de uma certa maneira, inauguraram o campo de conhecimento na língua local. Manuel Inacio da Silva Alvarenga

Abstract

Accused of obscurantism, either because of the methods of maintaining the power conquered neither because the type of teaching practiced at the time, the contribution of the Jesuit missionaries was considered pernicious to the Enlightenment utopia presented in Portugal at the XVII century. In order to redirect the formation of the administrative body, Pombal has created chairs or Royal Classes, paying for a public and secular education in the field of Minor Studies. The set comports 7 disciplines, in which Rhetoric, in Portuguese. A discipline that received greater prominence, since Pombal fixed at rhetoric's exam a point of intersection between minor and superior teachings. In the first stage of implementation of the discipline, to teach, was necessary to study the subject at recognized colleges, concentrated in Portugal and, above all, at the University of Coimbra. Some of the first exams were carried out by students who did not even have contact with the teaching of the discipline, at least in Portuguese, during their study time. The examinations preceded the publication of the manuals that guided the discipline from 1756 and, in a certain way, inaugurated the field of knowledge at the local language. Manuel Inácio da Silva Alvarenga was

[*] Professora adjunta de História Moderna e Contemporânea na Universidade Estadual de Londrina. Bolsista CNPq Pós-doutoranda na Universidade de Lisboa, com supervisão de Isabel Drumond Braga.
CV completo: lattes.cnpq.br/6065557882134228 .

[**] Graduando em História na Universidade Estadual de Londrina, bolsista de Iniciação Científica da Fundação Araucária, sob a orientação de Maria Renata da Cruz Duran.
CV completo: http://lattes.cnpq.br/3374492420704737.

foi o primeiro mestre régio de Retórica na América Portuguesa. Estudante de Direito em Coimbra, lecionou para os vultos do Império chegando a ser preso pela difusão das suas idéias. Sem o suporte de uma escola, tal como conhecemos hoje, com biblioteca, secretaria, etc, o mestre régio era responsável pelos materiais de ensino que intentasse utilizar, no que esmerou-se Alvarenga, compondo uma das maiores bibliotecas fluminenses do período. Da combinação da análise desses dois conjuntos documentais, quais sejam: alguns dos primeiros exames de Retórica em Portugal e o índice da biblioteca do primeiro mestre licenciado da disciplina na América Portuguesa, acreditamos ser possível delinear uma genealogia dos estudos da matéria em ambiente luso-brasileiro. A sondagem da disciplina na dispersiva fase inicial se justifica não apenas para uma melhor compreensão da emergência de uma norma retórica lusófona, mas também como exercício do entendimento dos caminhos do saber, em que se inscreve uma economia do conhecimento, senão uma política da educação luso-brasileira.

Palavras-chave: Bibliotecas; Retórica; História da Educação e da Leitura no século XVIII

the first regent master of Rhetoric in Portuguese America. A law student in Coimbra, he taught to the figures of the Empire getting arrested by the diffusion of his ideas. Without the support of a school, as we know it today, with a library, a secretariat, and so on, the royal master was responsible for the teaching materials that he tried to use, in which Alvarenga excelled, composing one of the largest libraries in Rio de Janeiro. From the combination of the analysis of these two documentary sets, some of the first exams of Rhetoric in Portugal and the library index of the first licensed master of the discipline in Portuguese America, we believe it is possible to delineate a genealogy of the studies of the matter in the Portuguese-Brazilian environment. The scrutiny of the discipline in the dispersive initial phase is justified not only for a better understanding of the emergence of a Lusophone rhetorical norm but also as an exercise of the understanding of the ways of knowing, which inscribe an economy of knowledge, if not a policy of Luso-Brazilian education.

Keywords: manuals of rhetoric; enlightenment; libraries; Lusophone culture.

● **Enviado em: 23/11/2016**
● **Aprovado em: 27/06/2017**

A instrução ministrada na em território lusitano de 1500 até meados de 1700 foi uma instrução religiosa. Sediados nas grandes cidades da época, Rio de Janeiro, Olinda e São Paulo, os seminários jesuítas da América Portuguesa seguiam a *Ratio Studiorum* e atendiam a uma população restrita, seja pela disponibilidade dos mestres e discentes, seja pelo pouco interesse pela instrução[1]. *Trivium* e *quadrivium* compunham um roteiro de disciplinas básico em que o latim figurava como eixo central, ocupando 9 anos de um estudo ministrado de maneira mais ou menos flexível, sobretudo no caso dos leigos, ou seja, daqueles cuja carreira religiosa não constituía o objetivo central da própria instrução[2].

No ensino do latim constata-se uma instrução focada na compreensão e leitura de textos bíblicos e clássicos que incluíam Quintiliano, Cícero, Santo Agostinho, as Cartas Apostólicas de Paulo, entre outros[3]. Há que se notar, que à unificação dos estudos em todo o Ocidente em torno de uma única língua subjaz um ideário universalista, em que a civilização se mescla à cristianização[4]. Na ocupação do território decorrente da expansão marítima, essa cristianização recebeu a marca missionária dos jesuítas e, portanto, caracterizou-se pelos princípios que conformavam a vocação da ordem: disciplina e erudição. Aplicados ao ensino, memória e disciplina destacaram-se como objetivos perseguidos mediante a leitura e releitura dos textos de maior prestígio na época.

Com a escassez dos volumes impressos, o exercício de aprendizado e memorização ocorria conforme práticas orais, supostamente facilitados pela sonoridade da língua latina. Todavia, se no momento de sua implementação o ensino do latim pudesse ter significado um alargamento da cultura erudita romana, na época moderna, com a emergência e consolidação das línguas locais, o mesmo já não podia ser afirmado. Pouco utilizado no cotidiano popular ou mesmo nas transações oficiais e comerciais, o latim importava, no século, como língua marcial e distintivo social. Na Europa de Erasmo de Roterdã, garantia-se o entendimento entre intelectuais de alto calão e diferentes origens, mas na América de espanhóis, índios, africanos e portugueses, oferecia parcas condições de apoio ao estabelecimento do fácil entendimento e mesmo da paz, ainda que seguisse distinguindo aqueles que tinham ou não condições de negociar diretamente com reinóis e clérigos suas contendas[5].

---

1 FERNANDES, Pe. A. P. C. *Missionários jesuítas no Brasil no tempo de Pombal*. Porto Alegre: Globo, 1936.
2 ALMEIDA, J. R. P. de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889). História e legislação*. Trad. Antonio Chizzotti. São Paulo: Educ, 2000.
3 SOUZA, R. A. de. *O Império da Eloqüência: Retórica e Poética no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ/ EdUFF, 1999.
4 CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1969. 3ª Ed.
5 NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil no Antigo sistema colonial.* São Paulo: Hucitec, 1973.

Paralela à constituição de Estados Modernos corroborados a partir de uma história e uma cultura local que também incluía o domínio e a utilização de uma língua própria, a derrocada do latim foi ainda resultado da difusão de um dispositivo de trocas de informação que iria alterar as relações da cultura letrada de então: o livro. Com a impressão do conhecimento, perdeu-se o controle da transmissão do saber[6]. À medida em que os textos proliferavam, crescia a possibilidade de difusão do saber entre desconhecidos, bem como a ameaça da descoberta de segredos e estratégias antes garantidos pela simbologia intrínseca ao trânsito de objetos particulares ou pela fluidez e privacidade do diálogo entre iguais. Por outro lado, crescia também o potencial de coesão social necessário para a geração de unidades político-sociais capazes de defender e atuar em prol de causas comuns, estados unificados, ideários religiosos[7].

Acusados de obscurantismo, seja por conta dos métodos de manutenção do poder conquistado, seja por conta do tipo de ensino praticado na época, o contributo dos missionários jesuítas foi considerado pernicioso[8] à utopia iluminista que se apresentava. Os franceses foram os primeiros a bani-los do domínio instrutivo, em 1746. Os portugueses, pela pena do Marquês de Pombal, decretaram sua expulsão em 1756[9]. De um modo geral, a instrução seguiu incipiente e não é raro ler na bibliografia especializada que a época foi marcada muito mais pelo desmonte do pouco que havia, do que pela criação de um sistema de ensino propriamente dito[10]. De uma maneira ou de outra, Pombal criou cadeiras ou Aulas Régias, pagando, via Estado, por um ensino público e laico no campo dos Estudos Menores.

Eram 7 as disciplinas, que mantiveram a estrutura disciplinar criada pelos inacianos. Eram poucos os professores e o número de alunos difícil de estimar, ainda que Guilherme Pereira das Neves (1984) tenha computado um número de 700 estudantes no final do século XVIII[11]. A mudança mais radical da proposta era a concentração, no lugar do latim, na

6 ABREU, M. (org.). *Leitura, História e História da Literatura*. Fapesp, 1999 (Coleção Histórias de Leitura).

7 ALGRANTI, L. M. *Livros de devoção, atos de censura: Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821).* São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

8 PORTUGAL. *Compendio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores, e diretores que regiam pelas maquinações e publicações nos novos estatutos por eles fabricados.* Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, MDCCLXXI.

9 CARRATO, J. F. *O iluminismo em Portugal e as reformas pombalinas do ensino*. São Paulo: Seção Gráfica da USP, 1980.

10 CARDOSO, T. M. R. F. L. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática nas aulas régias do Rio de Janeiro. 1759-1834.* Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da prof. Dra. Maria de Lourdes Viana Lyra. Rio de Janeiro, 1998.

11 NEVES, Guilherme Pereira das. *O Seminário de Olinda*: educação, cultura e política nos tempos modernos. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói (RJ), 1984.

disciplina de Retórica e em seu ensino na língua portuguesa. Pombal fixou no exame de retórica um ponto de intersecção entre os ensinos menor e maior. Como se pode imaginar, a reforma pombalina da educação gerou uma nova demanda por livros e professores da matéria que, num primeiro momento, foi suprido pela utilização do que se tinha à disposição, seja em matéria de livros, seja em matéria de docentes[12]. Todavia, ao reaproveitamento de antigos materiais, seguiu-se a criação de novos.

Na primeira etapa de implantação da disciplina, para lecionar era necessário realizar o exame da matéria em colégios reconhecidos, na época concentrados em Portugal e, sobretudo, na Universidade de Coimbra. Alguns dos primeiros exames foram realizados por estudantes que sequer tiveram contato com o ensino da disciplina, pelo menos em português, durante seus tempos de estudo. Era exigido dos candidatos que sorteassem um tema supostamente estudado ao longo dos Estudos Menores, preparassem uma tese e a defendessem publicamente em data acordada entre as partes, geralmente de 24 a 72 horas após o sorteio. Em média, de três a cinco professores catedráticos acompanhavam o exame e procediam a uma espécie de sabatina após a apresentação do candidato aos Estudos Maiores, todo o processo era público, muito embora apenas estudantes e professores integrassem a assistência desse tipo de evento[13]. Os exames antecederam a publicação dos manuais que orientaram a disciplina a partir de 1756 e, de uma certa maneira, inauguraram o campo de conhecimento na língua local[14].

Manuel Inacio da Silva Alvarenga foi o primeiro mestre régio de Retórica na América Portuguesa. Estudante de Direito em Coimbra, lecionou para os vultos do Império chegando a ser preso pela difusão das suas idéias[15]. Sem o suporte de uma escola, tal como conhecemos hoje, com biblioteca, secretaria, etc, o mestre régio recebia a licença para atuar em sua própria casa ou onde preferisse, mas era responsável pelos materiais de ensino que intentasse utilizar, incluindo a produção de compêndio próprio ou a aquisição dos livros do curso, bem como a contabilidade do curso[16]. Diferente de mestres como Miguel do Sacramento Lopes

12 DURAN, Maria Renata da Cruz. *Retórica à moda brasileira.* Transições da cultura oral para a cultura escrita de 1746 a 1834. São Paulo, Editora Unesp, 2012.

13 ALMEIDA, F. M. R. de . Origem do Colégio Pedro II: memória lida a augusta presença de Vossa Magestade Imperial, pelo sócio correspondente Sr. Francisco M. R. De Almeida. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XIX, volume 119, número 24, 1856, Imprensa Nacional. 1926.

14 BRANDÃO, R. de O. *Estudos sobre os manuais de retórica e poética brasileiros do século XIX.* Tese de doutoramento em letras elaborada junto ao Departamento de Lingüística e Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1972.

15 VERISSIMO, J. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908).* Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

16 CARDOSO, 1998. Opt cit.

Gama, autor de *Elementos da Eloquência Nacional*[17], Alvarenga não nos deixou uma obra em que seu ideário instrucional fosse acessível. Tampouco seu exame de retórica é conhecido atualmente. Todavia, graças ao bibliófilo Rubens Borba de Morais[18] conhecemos as obras que compunham sua biblioteca e, portanto, com as quais inaugurou-se o ensino da disciplina no país.

Da combinação da análise desses dois conjuntos documentais, quais sejam: alguns dos primeiros exames de Retórica em Portugal e o índice da biblioteca do primeiro mestre licenciado da disciplina na América Portuguesa, acreditamos ser possível delinear uma genealogia dos estudos da matéria em ambiente luso-brasileiro. A sondagem da disciplina na dispersiva fase inicial se justifica não apenas para uma melhor compreensão da emergência de uma norma retórica lusófona, mas também como exercício do entendimento dos caminhos do saber, em que se inscreve uma economia do conhecimento, senão uma política da educação luso-brasileira.

Iniciamos pela biblioteca de Alvarenga, não porque ela tenha sido constituída inicialmente, mas porque antes de submeter-se a exame, um estudante lê. E o que lê para submeter-se a um exame de retórica? Tal é o que esperamos depreender da análise de sua biblioteca que, como sabemos, vai além dos volumes que um iniciante na carreira intelectual pode possuir, dado que se trata do espólio de um mestre com mais de 30 anos no exercício da docência, mas, justamente por isso amplia o cabedal de títulos então disponível. Vale ressaltar também que muitos dos títulos da biblioteca de Alvarenga foram publicados num momento em que a disciplina já se encontrava em tempo de maturação. Neste sentido, saiba o leitor que distinguiremos as obras conforme sua data de publicação, permitindo que o mesmo tenha uma idéia da parábola de constituição desse conjunto de volumes que conforma a biblioteca do primeiro mestre de retórica em português na então América Portuguesa.

Finalizamos com os exames de Retórica realizados em Portugal por diferentes colégios e instituições do reino, nomeadamente estudantes dos Seminários de Mafra e Santarém e do Real Colégio dos Nobres. Lamentavelmente não podemos acessar uma parte imprescindível para a compreensão desse tipo de exame: a eloquência do candidato. Restam-nos a matéria escrita dos exames: suas teses. As teses, entretanto, tratam do tema específico da retórica, destacando, em sua definição, a importância do estudo da matéria. Lembremos que com a

---

17 GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *O Carapuceiro, 1932-1842.* Prefácio de Leonardo Dantas Silva; estudo introdutório de Luiz do Nascimento. Recife: Prefeitura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1883. Edição fac-similar.

18 MORAIS, R. B. de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro. São Paulo: Secretaria da Cultura , Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

promulgação do ato que instituiu e regulamentou as Aulas Régias[19] publicou-se também a obra do frei oratoriano que inspirou a reforma, *O verdadeiro método de estudar*, de Luis Antonio Verney[20], e que, malgrado não tenha sido adotada de maneira extensiva pelos mestres régios da época, a coleção incluía um volume específico sobre retórica. Note-se que sua difusão foi posterior, contudo, à execução dos primeiros exames, como, aliás, já se disse antes. Passemos, pois, aos cumprimento das promessas feitas, o estabelecimento de uma intersecção entre bibliotecas e exames no intuito de delinear a emergência de uma nova força na economia do conhecimento iluminista: a arte de falar em língua própria.

2. A biblioteca do poeta-mestre: o que liam os estudantes de retórica na América Portuguesa?

Manuel Inácio da Silva Alvarenga nasceu em Villa Rica, no ano de 1749. Pouco sabemos sobre sua mãe, uma negra de origem humilde, casada com o músico profissional Inácio da Silva Alvarenga. Em 1768 encaminhou-se para o Rio de Janeiro onde viria a dar os passos iniciais no curso de humanidades. "Conseguiu progredir nos estudos aparentemente pelo empenho do pai e de uma subscrição de amigos que teriam financiado sua ida ao Rio de Janeiro e depois a Coimbra"[21]. No ano de 1771, se matriculou no curso de Cânones, estudando aí a legislação de cariz internacional da época.

Por intermédio de Basílio da Gama, de quem se tornou grande amigo, aproximou-se do Marquês de Pombal. Sua aproximação do círculo pombalino lhe rendeu certo *status*. Em 1774, aos 24 anos, estando no segundo ano do curso de Cânones publica, por interferência do ministro, seu poema em cinco cantos: *O Desertor das Letras*[22]. Da mesma época é a *Ode à mocidade portuguesa*.[23] Em 1776, nova edição em Portugal de *O Desertor* veio a lume[24], denotando a boa recepção da obra num contexto em que poucas segundas edições eram

19 PORTUGAL. *Alvará de regulamento para os estudos das línguas latinas, grega e hebraica e da arte da retórica.* Lisboa: Tipografia Oficina Rodrigues Galhardo,1759.

20 VERNEY, L. A. *Verdadeiro método de estudar*. Edição organizada pelo prof. Antonio Salgado Junior. Lisboa: Livraria Sá da Costa. Volume V: Estudos Canônicos, 1952.

21 ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *O desertor: poema herói-cômico.* Org. Clara C. Souza Santos e Ricardo M. Valle. São Paulo: Hedra, 2010. P.9.

22 ALVARENGA, Manoel Inácio da Silva. *O desertor. Poema herói-cômico*. Coimbra: Real officina da Universidade, 1774.

23 ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *Ode á mocidade portuguesa por ocasião da reforma da Universidade de Coimbra.* Miscellanea Curiosa e Proveitosa. Vol. IV, Lisboa, Typografia Rollandiana, 1782. Pg. 329-331.

24 TOPA, Francisco. *Silva Alvarenga - contributos para a elaboração de uma edição crítica das suas obras.* Porto, edição do autor, 1994.

publicadas[25]. Vale lembrar, que a obra do poeta fora publicada no auge da política pombalina, "e quase às vésperas de sua queda repentina, em 1777, com a morte de Dom José I e a consequente ascensão de Dona Maria I"[26].

Acompanhado de Antônio Caetano Vilas Boas, irmão de seu amigo Basílio da Gama, retornou à América portuguesa já formado em Cânones, no ano de 1777. Cinco anos mais tarde era nomeado como professor régio de retórica e poética pelo então vice-rei D. Luiz de Vasconcelos. Concomitante à docência, Silva Alvarenga exercia a profissão de advogado.[27]

Compôs o poema *Às artes*[28], que recitou em louvor à Dona Maria I, em 1788 na Sociedade literária, em presença do vice-rei. Com o governo do Conde de Rezende, nosso poeta passou por seu pior momento. Em 1794, Silva Alvarenga foi preso, acusado de conspirar contra a coroa portuguesa, além de fazer circular obras francesas.[29]

Por indulto de Dona Maria I foi posto em liberdade no ano de 1797[30]. Imediatamente após os duros anos no cárcere, o beletrista volta a lecionar e exercer a advocacia. Segundo seu primeiro biógrafo, o cônego Januário da Cunha Barbosa, nos anos seguintes fora tomado por profunda depressão e misantropia em consequência da prisão[31]. Todavia, já no ano de 1799 retoma a atividade de escrita. Neste mesmo ano publica a primeira edição do célebre poema *Glaura* pela tipografia Nunesiana[32], também com uma segunda edição, de 1801[33]. No ano anterior à sua morte vê sua obra *A tempestade*[34] ser publicada n'*O Patriota*.[35]

Cabe ressaltar que no período que nosso poeta-mestre viveu e produziu havia grandes dificuldades para a publicação de obras literárias. Em Portugal,

---

25 ARAÚJO, J. de S. *Perfil do leitor colonial*. Bahia: UESC, 1999.

26 ALVARENGA, ... P.9.

27 BARBOSA, Januário da Cunha. "*Doutor Manuel Inácio da Silva Alvarenga".* In: Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro, Rio de Janeiro: n.11, tomo III, 1841.

28 ALVARENGA, Manoel Inácio da Silva. *Ás artes*. Lisboa: Typografia Morazziana, 1788.

29 SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto. *Obras poéticas, collegidase precedidas do juízo crítico dos escriptores nacionaes e estrangeiros, e de uma notícia sobre o autor e suas obras acompanhadas de documentos históricos por J. Norberto de Souza Silva.* 2 tomos, Rio de Janeiro: Garnier, 1864.

30 ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. O desertor: poema herói-cômico. Org. Clara C. Souza Santos e Ricardo M. Valle. São Paulo: Hedra, 2010. P.11.

31 BARBOSA, Januário da Cunha. "Doutor Manuel Inácio da Silva Alvarenga". In: Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro, Rio de Janeiro: n.11, tomo III, 1841. P.340.

32 ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. *Glaura: poemas eróticos de Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, bacharel pela Universidade de Coimbra, e professor de rhetorica no Rio de Janeiro. Na Arcádia, Alcino Palmireno.* Lisboa, Officina Nunesiana, 1799.

33 ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva. Glaura: poemas eróticos de Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, bacharel pela Universidade de Coimbra, e professor de rhetorica no Rio de Janeiro. Na Arcádia, Alcino Palmireno. Lisboa, Officina Nunesiana, 1801.

34 ALVARENGA, Manuel Inácio da Silva Alvarenga. *A tempestade. Canção no dia dos anos da Fidellisima Rainha Nossa Senhora em 17 de dezembro de 1797.* In. O patriota. N. Set. 1813.

35 TOPA, op.cit, p.59.

> a censura foi exercida (a partir do estabelecimento da Inquisição no reino, em 1536) conjuntamente pelo Santo Ofício, pelo Ordinário e pelo Desembargo do Paço. O Santo Ofício e o Ordinário defendendo a igreja, e o Desembargo do Paço, o poder civil. Em 1551 os censores já dispunham de um índice expurgatório: o Rol dos livros defesos, elaborado pelo inquisidor geral, o cardeal D. Henrique.[36]

Com Pombal o cenário muda. Em 1758, o déspota esclarecido unifica o sistema das três licenças, por onde todo impresso deveria ser submetido, "criando uma repartição do Estado encarregada da censura: a Real Mesa Censória" [37](Ibidem, p.58). Funcionários leigos e eclesiásticos nomeados pelo rei compunham a mesa.

Após a morte de José I e a consequente ascensão de Maria I ao trono, a questão referente ao mecanismo censório se reconfigura novamente. Por meio do decreto de 21 de junho de 1787, a soberana criou um novo organismo, a saber, a Comissão Geral Para o Exame e Censura dos Livros. Moraes completa na sequência

> As Cortes de 1820, pelo decreto de 31 de março de 1821, aboliram a Inquisição, mas não acabaram com a censura. Ficou nas mãos do Ordinário para as questões de fé católica e nas do Desembargo Paço para as questões políticas.[38]

Nesse período, poucas obras logravam ter segundas edições. Autores de extrema relevância como Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), e José Basílio da Gama (1741-1795)[39] estavam entre aqueles que não presenciaram novas edições de suas obras. Tal fato, descortina um momento onde a censura dificultava a possibilidade de publição de livros na América portuguesa.

No dia 1 de novembro de 1814, aos 65 anos, Manuel Inácio da Silva Alvarenga veio a falecer deixando um legado substancial para um autor de língua portuguesa residente no Brasil. Como escreve Moreira de Azevedo:

> O excesso, a paixão a que se entregara o enfermo apressou-lhe o momento fatal; nunca mais abriu os olhos, nem falou, e algumas horas depois, em 1 de novembro desceu o anjo dos tumulos até ao leito do poeta e indicou-lhe o caminho da cova.
> Depois de incessantes pesquisas descobrimos que o cadáver do poeta foi sepultado na igreja de São Pedro, em 2 de novembro, quando os sons tristes e

36 Borba, op.cit, p.58
37 Ibidem, p.58.
38 Ibidem, p.58.
39 COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v. ISBN 8526007238

> lúgubres de todas as igrejas anunciavam o dia dos mortos. Eram os gemidos da pátria repetidos junto ao túmulo do seu filho dilecto.[40]

Para mais, sua carreira de docente fora extremamente importante para a formação de vários personagens de destaque no âmbito político brasileiro. Entre estes, chamamos a atenção para Januário da Cunha Barbosa, Frei Francisco do Monte Alverne, Frei Santa Úrsula Rodovalho e ainda Antônio Carlos Andrada e Silva[41].

Ao nos debruçarmos sobre o conteúdo de uma biblioteca particular, no intuito de traçar um mapa das referências pelas quais transitava seu dono encontramos grandes dificuldades, na medida em que as possibilidades de leituras são diversas, mas também limitadas. Como se sabe, a posse de um livro não implica em sua leitura, ainda que a difícil aquisição de obras no período leve a crer que a quantidade de volumes não lidos, uma vez que seu acesso e aquisição era um impeditivo real, fosse restrita. Da mesma maneira, a pressuposição da leitura de uma obra não garante o apreço pela mesma, bem como sua utilização em meio instrutivo. Muitas obras eram censuradas e sua transmissão constituía crime do qual inclusive Alvarenga fora acusado. Quiçá um cruzamento entre a biblioteca de Alvarenga e os livros citados por seus antigos alunos em discursos e textos publicados pudesse nos levar a essa espécie de mapeamento (a posse e utilização instrutiva), contudo, não era costume na época referenciar as obras lidas da maneira sistemática como fazemos hoje em dia[42]. Para mais, o ecletismo em que a intelectualidade local estava imersa lhes permitia conjurar diferentes referências em um mesmo argumento, obstruindo a exatidão da localização das obras na fluidez dos discursos[43].

Ainda assim, a biblioteca de um grande mestre como foi Alvarenga na escassa paisagem livresca da passagem do século XVIII para o XIX no Rio de Janeiro constitui, a nosso ver, um patrimônio material de qualidade ímpar na sondagem da composição da intelectualidade brasileira. Primeiro porque sua montagem não obedece às regras públicas de aquisição livresca, podendo conter obras censuradas ou mesmo fora do escopo instrutivo em voga na época. Segundo porque o mestre era egresso da Universidade de Coimbra no tempo de Pombal, podendo ter adquirido muitas de suas obras em livrarias às quais o público local não tinha acesso. Terceiro porque o caráter de sua atividade económica central, a docência,

---

40 AZEVEDO, Moreira de. *Homens do passado – chronicas dos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro. B.L. Garnier, 1875. P.114.

41 MARTINS, W. *História da inteligência brasileira (1794 – 1855)*. São Paulo: Cultrix, 1977.

42 ZILBERMAN, R. LAJOLO, M. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. SP: Brasiliense, 1991.

43 DURAN, M. R. C.. Ecletismo e retórica na filosofia brasileira: de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) ao frei Francisco do Monte Alverne (1784-1858). *Almanack*, v. 9, p. 115-135, 2015.

implicava na transmissão de conhecimentos por meio de um crescente manejo livresco, o que, aliado ao perfil dos estudantes de Alvarenga, os grandes da pátria, pressupõe um debate elevado, em que tais obras ocupassem o centro das aulas ministradas.

No caso da análise que tencionamos realizar, temos um horizonte investigativo bem delimitado a nossa frente. Como foi dito anteriormente, nosso estudo acerca da biblioteca de Manuel Inácio da Silva Alvarenga tem como objetivo maior detectar quais obras de retórica o primeiro professor dessa disciplina na América portuguesa possuía.

O acervo de livros do mestre régio foi divulgado pela primeira vez por Rubens Borba de Moraes, em sua célebre obra *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*[44]. Esta, traz um documento em anexo, que nos mostra duas listas feitas na ocasião em que a biblioteca de Silva Alvarenga foi adquirida pela Real Biblioteca, em 28 de fevereiro de 1815. A primeira lista diz respeito aos livros comprados pelo livreiro Manoel da Silva Porto, junto a Preta Joaquina (a qual é declarada como herdeira e testamenteira do falecido poeta),[45] e a outra corresponde aos títulos passados pelo livreiro à Real Biblioteca.

Ao contrário de Borba de Moraes, que apresentou a livraria por meio de uma breve descrição, Gustavo Henrique Tuna fez uma investigação mais profunda de tal documentação.[46] Na última parte de sua tese *Manuel Inácio da Silva Alvarenga, representante das luzes na América Portuguesa,* defendida em 2009 na USP, o autor, com base na obra *Les republicains de lettres. Gens de culture et lùmieres au 18 siècle* de Daniel Roche[47], analisou a biblioteca do poeta como um *estado d'alma*:

> Pondo em tela os diferentes motores que alavancaram a constituição da livraria, pode-se constituir o universo mental de leituras que estavam a disposição poeta e que podem, como desafiou Daniel Roche, sugerir um estado d'alma.[48]

Ao situarmos o leitor acerca da documentação e as análises feitas pelos autores mencionados, torna-se necessário lançarmos um olhar geral sobre o acervo estudado. Além das obras indispensáveis para um professor de retórica, o que um advogado e poeta como Silva Alvarenga possuía nas suas estantes? De antemão, podemos dizer que a biblioteca de

---

44 MORAES, opt. cit.

45 TUNA, Gustavo Henrique. *Manuel Inácio da Silva Alvarenga, representante das luzes na América portuguesa.* São Paulo, USP. 2009. P.222.

46 Na listagem analítica do autor, podemos contar 1003 volumes. Optamos por utilizar esta, para nossa contagem, por se tratar de uma pesquisa mais profunda sobre o catálogo que Borba de Morais apresenta na sua obra, a qual contabilizava 1576 volumes.

47 ROCHE, Daniel*. Les republicains de lettres. Gens de culture et lùmieres au 18 siècle.* Paris: Fayard, 1988.

48 TUNA, op. cit., p.206.

nosso personagem estava composta por uma imensa variedade de temáticas. Como nos lembra Tuna

> Sem sombra de dúvidas, a composição da biblioteca de Silva Alvarenga possui raízes que se mostram mais evidentes do que outras, como as que podem ser relacionadas com a sua formação na Universidade de Coimbra, à sua atividade de ensino, ao seu trabalho como advogado e aos seus afazeres na Sociedade literária do Rio de Janeiro. Além das motivações mais imediatas, outros ânimos podem ser encontrados no acervo pessoal do poeta.[49]

Nesse sentido, lancemos nossos olhos sobre o conteúdo da livraria em si. Torquato Tasso, Ludovico Ariosto e Giovanni Guarini, escritores italianos que exerceram enorme influência sobre os árcades, figuravam nas estantes de Alvarenga. Destes autores, encontram-se respectivamente*, Jerusalem libertada* em tradução italiana (1581) e francesa (1774); os textos poéticos em seis volumes; e *Il pastor fido,* que fora publicada pela primeira vez em 1590, obra censurada pelas autoridades portuguesas[50].

Os principais escritores franceses dos séculos XVII e XVIII também aparecem na livraria. Como bem observou Borba de Moraes, a presença da literatura francesa suplanta consideravelmente a de autores gregos e latinos. Molière e La Rochefoucauld ganham destaque, o primeiro devido aos oito volumes de uma edição de suas *Oeuvres* (1798), e o segundo por dois volumes de suas *Obras morais* (1797).[51]

Havia ainda livros que satirizavam os costumes, como o polêmico *Histoire de Gil Blas de Saintillane*, de Alain René Le Sage (1797). Outro autor satírico de extrema relevância que aparece no acervo do poeta mineiro é o abade Antoine François Prévost[52], representado pela obra *Histoire de Cleveland*, que também foi censurada em Portugal.[53]

Boileau encontra-se representado por um volume de suas sátiras (1666), assim como Jean La Fontaine e suas *Fábulas* (1668), o dramaturgo Pierre Corneille com uma coleção de doze volumes de sua obra teatral (1664), além de sete volumes das obras de Claude Crébillon, cuja leitura só era permita aos que possuíam licença de leitura.

As *Lettres* de Ninon de Lenclos ao Marquis de Sevigné (1750) figuravam na biblioteca de Silva Alvarenga, ao lado das *Lettres d'um Péreviénne*, de Françoise Graffigny; *Les aventures*

49 Ibidem, p.206.
50 Ibidem, p.208.
51 Ibidem, p.209.
52 Ibidem, p.209.
53 Ibidem, p.209.

de Télémaque, de Françoise Fenélon, e a poesia de Jacques Delille representada por três títulos: *La Pitié, Poèsies fugitives e Les trois règnes de la nature.*[54]

Além das importantes obras de literatura francesa sublinhadas acima, cabe colocarmos em relevo os livros de teoria da literatura e história. A primeira categoria está representada por *Le Lycée ou cours de littérature ancienne et moderne*, de Jean-Françoise La Harpe, *Essai sur le style* (1774), de Diudonnè Thiébault e *Principes de littérature* (1753), de Charles Batteux. A segunda categoria está representada pelos *Elements d'histoire de France* (1780) e *Histoire Universelle* (1769), do Abade Millot, além da *Histoire des Indes Orientales, anciennes et modernes* (1744) e a *Histoire des empires et des republiques, depuis le déluge jusq'à Jésus-Christ* (1733), do abade oratoriano Claude-Marie Guyon, e ainda a *Some information respecting America* (1794), do advogado inglês Thomas Cooper.[55] Para mais, como bem visualizou Tuna

> A presença dos ilustrados franceses na biblioteca de Silva Alvarenga é marcada por uma vistosa característica: a variedade das perspectivas dos autores existentes no acervo. Na biblioteca, encontram-se livros dos pensadores das Luzes francesas de matizes diversas como Nicolas Malebranche, Charles de Secondat Montesquieu, Bernardin de Saint-Pierre, Jean Marmontel, François Marie Arouet Voltaire, Denis Diderot, Jean D'Alembert e Louis Sébastien Mercier.[56]

De Malebranche pode-se visualizar a célebre obra intitulada *De la recherche de la verité,* a qual foi publicada em três volumes entre os anos de 1674-1675. Do médico francês Paul-Joseph Barthez consta a obra *Nouveaux éléments de la Science de L'homme* (1778). Silva Alvarenga também possuía seis volumes da obra *Études de la nature* (1786) do botânico francês Bernardin de Saint-Pierre. Marmontel está representado por uma edição em três volumes dos *Contes moraux* e quatro volumes de *Oeuvres.* Do filósofo Voltaire, encontram-se quatro títulos: *Dicitionnaire philosophique portatif* (1764), *Le siècle de Louis XIV, La Henriade* (1728) e quatro volumes de seu *Romans et contes*. A obra *Mélanges de littérature, d'histoire et de philosophie,* de D'Alembert aparece na livraria do poeta mineiro, assim como os doze volumes de *Tableau de Paris* (1781), de Mercier. [57] Não obstante, também repousavam nas estantes de Silva Alvarenga títulos de alguns juristas italianos

> Que na segunda metade do século XVIII, compuseram um momento fulcral de proposições reformistas no âmbito do pensamento jurídico europeu. O poeta

[54] Ibidem, p.210.
[55] Ibidem, p.211.
[56] Ibidem, p.213.
[57] Ibidem, p.214.

> mineiro possui as traduções francesas de Dei Delitti de Delle Pene, de Cesare Bonesana, Marques de Beccaria de De la scienza dela legislatione, de Gaetano Filangieri.[58]

Tais livros corroboram a tese de Sérgio Buarque de Holanda de que, depois da cultura francesa, a italiana também teve grande influência na conformação do pensamento local[59]. Para mais, é impossível concluir que Alvarenga possuísse tantos livros na língua francesa sem fazer uso dos mesmos e que, portanto, Alvarenga era um leitor fluente da língua em que o iluminismo se forjou. Para mais, vale ressaltar que a literatura francesa de maior apreço do mestre era aquela dedicada às letras e à política, bem como à história de ambas e que, para além de textos religiosos ou técnicos (como aqueles dedicados à botânica), a sátira de que emergiu um criticismo iluminista, foram os textos mais recorrentes, de onde também se pode depreender a verve literária do autor de *O desertor das letras*. Como pôde-se notar, temas voltados ao bucolismo poético, além da libertinagem sexual, reforma jurídica e a filosofia em geral de ilustrados como Voltaire e D'Alembert compõe as bases estruturais do universo de leituras que se situava nosso poeta-mestre.

Diferente dos muitos padres-mestres do período, a liberdade laica em que a formação de Alvarenga se estabeleceu, talvez tenha lhe permitido uma amplitude maior de leituras. Tanto o quanto um tom mais bem humorado, assim como mais ácido, na consideração da profissão docente e na composição dos argumentos. Se a escrita é mesmo influenciada pela leitura, como aliás também se pensava na época[60], do acesso à sátira francesa nas estantes de Alvarenga se pode depreender a inspiração para a publicação de jornais como *A mutuca picante*, de Januário da Cunha Barbosa; mas também o tom agudo e urgente das metáforas de frei Francisco do Monte Alverne, no púlpito da Capela Real[61].

Da cátedra ao púlpito, a oratória conformada pelas instruções retóricas de Alvarenga são, pois, forjadas na leitura das obras de retórica que compunham sua biblioteca e que foram listadas a seguir de acordo com o ano de publicação, língua e origem:

58 TUNA ... P.218.
59 HOLANDA, S. B. *Capítulos de Literatura Colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
60 MARCÍLIO, M. L. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo/ Instituto Fernand Braudel, 2005.
61 MONTE ALVERNE, F..*Obras Oratórias.* Rio de Janeiro: Garnier: 1856, tomo I.

Tabela 1.Obras referentes à disciplina de retórica presentes na biblioteca de Manuel Inácio da Silva Alvarenga

Obras e autores	Ano de publicação	Língua	Origem de publicação
Blair, Hugh. *Léçons de rhétorique et de belles-lettres, par le docteur Hugh Blair traduit de l'anglais par M. Cantwell.*	1797	Francês	Paris
Cícero. *M. Tulli Ciceronis opera omnia ab Alexandro Minutiano in lucem edita. Cum Ciceronis vita a Plutarcho scripta et in latinum versa a Leonardo Aretino.*	1498-1499	Latim	?
Cícero. *M. Tulli Ciceronis opera omnia quae estant a Dionysio Lambino, ... emendata. Ejusdem D. Lambini annotationes, seu emendationum rationes, singulis tomis distinctae*	1565-1566	Latim	Paris
Cícero. *Orações principais, trad. E notas pelo Padre Antônio Joaquim*	1779-1780	Português	Lisboa
Heineccius, Johann Gottlieb. *Fundamenta stili cultioris in usum auditoria adornavit et syllogen exemplorum adjecit*	1736	Latim	Lepzig
Quintiliano, Marcus Fabius. *Institutionum Rhetoricarum libri três ex. M. Fab. Quinctiliani .... accomodati a Pedro Josepho A Fonseca.*	1781	Latim	Lisboa
Quintiliano, Marcus Fabius. *Os três livros das Instituições Rhetoricas de M. Fab. Quintiliano accommodadas aos que se aplicam ao estudo da eloquência / Pedro José da Fonseca; trad. João Rozado de Villa Lobos e Vasconcellos.*	1794	Português	Coimbra
Virgílio. *L' Enéide traduite par Jacques Delille.*	1804	Francês	Paris
Virgílio. *Tradução livre ou imitação das Georgicas de Virgílio, em verso solto, e outras mais composições poéticas, trad. Por Antônio José Ozório de Pina Leitão.*	1794	Português	Lisboa
Vossius, Gerardus Joannes. *Ger. Jo. Vossii Elementa rhetorica, oratoriis ejusdem partitionibus accommodata inque usum scholarum Hollandie et West-Frisiae denuo edita.*	1626	Latim	Leiden

Fonte: Sistematização própria a partir de TUNA (2009, p.236-298)

Podemos perceber que as obras de retórica aparecem em menor quantidade em relação às demais temáticas[62], representando a ínfima porcentagem de 0.89% dos 1.003 livros de Alvarenga. Destas, a maioria (4) em latim, seguidas pelo português (3), e pelo francês (2). Padrão, todavia, que não corresponde ao universo em foco, aonde 1,79% das obras está em língua italiana, 18,74% em português, 23,13% em latim e 52,84% em francês.[63] Entre os autores, temos três juristas, um poeta e dois sermonistas que, embora escrevam acerca do mesmo tema, obviamente o abordam em sentidos próprios à sua aplicação mais frequente. Três referências advém da Roma Antiga, duas delas em publicações que remetem ao chamado período clássico ou renascentista, de onde emergem os dois germânicos do grupo que, não obstante, adotaram alcunha latina, como era costume entre os pares. O único iluminista do grupo é também o único anglófono.

Embora o extrato das obras referentes à retórica não possa ser considerado um indicativo de que a língua portuguesa tenha sido adotado como eixo central dos estudos da matéria, a utilização das obras clássicas de Cícero, Quintiliano, Virgílio e Heinecius demonstram que as principais referências recomendadas pela Junta da Providência e Ordens de Portugal eram atendidas no seu ensino[64]. Considere-se ainda que os três primeiros possuíam títulos em latim e em português, no que o atendimento das prescrições régias se fazia notar.

Entre as obras listadas, várias não foram localizadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e, portanto, perderam-se do espólio do poeta-mestre. São elas: as *leçoens* de Hugh Blair aparecem em uma edição de quatro volumes traduzidas para o francês, publicada em Paris, no ano de 1797; as obras *Ciceronis opera omnia ab Alexandro Minutiano in lucem edita. Cum Ciceronis vita a Plutarcho scripta et in latinum versa a Leonardo Aretino* e *Orações principais;* as obras de *Virgilio[65] e Quintiliano[66].*

Merece destaque, contudo, a presença, ainda que em francês, das lições de Hugh Blair. Reputado sermonista escocês nascido em 1718 e falecido em 1800, Blair ocupou a cadeira de

---

62 Entre as áreas mais cotadas: 43,59 % no campo do direito e das leis; 37,88% no campo da poesia e da literatura, 10,76% no campo da história; 7,77% outras.

63 Na listagem não aparecem obrar em inglês. Há ainda vários autores associados a certa quantia de volumes, os quais não têm títulos correspondentes. Ademais, notam -se alguns periódicos com linguagem não notificada e uma obra em espanhol.

64 BRASIL. *ALVARÁ DE REGULAMENTO PARA OS ESTUDOS DAS LÍNGUAS LATINAS, GREGA E HEBRAICA E DA ARTE DA RETÓRICA.* LISBOA, TIPOGRAFIA OFICINA RODRIGUES GALHARDO1759. BIBLIOTECA NACIONAL, DIVISÃO DE OBRAS RARAS, 88,7,16, NO. 27.

65 A *Eneida* de Virgílio aparece em tradução francesa, de 1804, e as *Georgicas,* do mesmo autor, são identificadas em tradução portuguesa, realizada em Lisboa, no ano de 1794.

66 Foi encontrada apenas a *Institutionum rhetoricarum*, de 1781, e uma tradução da mesma obra publicada em Coimbra, em 1794.

retórica e belas letras da Universidade de Edimburgo, tendo escrito o mais importante manual de retórica anglófono do período. No Brasil, a obra seria utilizada como cerne das referências do estudo da matéria a partir de 1834, reordenando a composição dos discursos locais em tom conciliatório e conservador, muito recorrente na política da segunda metade do século XIX, como assinala José Murilo de Carvalho[67]. Se a retórica da passagem do século XVIII ao XIX possui, portanto, uma curvatura instável, seja em termos de língua padrão (latim-francês-inglês), seja em termos de espólio referencial (Itália-França-Reino Unido) ou mesmo de referencia teórico (Iluminismo-Liberalismo)[68] de certa maneira, todas essas obras já se encontram germinadas na biblioteca de Alvarenga, de onde pode-se concluir, como assinala Aleida Assmann[69], que a memória ocidental forjou-se a partir do trabalho de poetas que, como nosso mestre, exploraram as inovações emergentes da cultura nacional em prol da conformação de um universo vocabular e referencial que legitimasse a nova figuração do mundo, então em expansão.

Dispersa na atualidade, a biblioteca de Alvarenga também conformou-se a partir da dispersão ao longo dos muitos anos de sua carreira intelectual. Neste ensejo, há que se reconhecer que outros letrados também se esforçaram na definição de disciplinas de conhecimento consideradas úteis para o progresso da humanidade. No âmbito da retórica, como já se disse aqui, esses esforços se apresentaram nos primeiros exames de retórica conforme as regras inauguradas pelo Marques de Pombal em 1771. Averiguar, na insipiência da eloquência em papel, as forças atuantes na efetivação das transições projetadas, é o que esperamos fazer a partir de agora.

3. A retórica dos pupilos: quais temas e questões abordavam os estudantes de retórica lusitanos?

Manuel Inácio da Silva Alvarenga matriculou-se em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra no ano de 1771, ano de criação das Aulas Régias, que tornaram o ensino público laico na América Portuguesa e que efetivaram, por força de Alvará supracitado, o acesso dos Estudos Menores aos Estudos Maiores por meio de um exame de retórica em língua

67 CARVALHO, J. M. de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*. No.1,vol.1, Ed. Letras, set/2000, UFRJ, Rio de Janeiro.

68 MACEDO, Ubiratan Borges de. *A idéia de liberdade no século XIX: o caso brasileiro.* Brasília: Expressão e Cultura, 1997.

69 ASSMANN, Aleida. Cultural memory and western civilization. Cambridge, Cambridge University Press, 2011.

portuguesa[70]. Como se pode notar, pelos livros sobre a matéria que o mestre possuía, Alvarenga havia estudado retórica à moda antiga, em latim. O que, todavia, não o impedia de se candidatar à elevação de nível na carreira acadêmica dado que os livros recomendados para o estudo da matéria eram, em geral, os mesmos da época anterior, mas em versões lusófonas. Professor de retórica na nova sede do Reino, preparava os alunos para o mesmo tipo de exame e, embora não tenha sido detectado nenhum folheto ou impresso contendo a publicação desse tipo de tese em sua biblioteca, é plausível assinalar que o poeta-mestre conhecesse esse tipo de obra ou mesmo a utilizasse como referência para a preparação de seus estudantes.

Entre os exames que passaremos a sondar, lamentavelmente, nenhum saiu da pena de um latino-americano como Alvarenga, tampouco fomos felizes no levantamento das carreiras dos estudantes em questão quando procuramos saber se alguns deles se dedicaram ou não à docência, como Alvarenga. Todavia, a condição de estudantes luso-parlantes e candidatos ao exame de retórica num mesmo período de transformações, conforme bibliografia similar os une. Mais do que isso, a invenção de uma retórica lusófona conforme pontos de partida e horizontes de chegada nos permite essa união, primeiro formulada a partir das referências bibliográficas e culturais e desde já das questões e objetivos em que a disciplina se inscreveu.

Entre os exames ora apresentados, figuram exames realizados no Real Colégio dos Nobres[71] e nos seminários de Mafra e Santarém. As exigências desse tipo de exame estavam adequadas às decisões reais de 1759, seguindo, portanto, um padrão normativo como aquele adotado no Real Colégio dos Nobres, em 1791, quando os estudantes Antonio de Saldanha da Gama, Antonio José de Saldanha Oliveira e Souza, José Sebastião de Saldanha Oliveira e Sousa e João Galvão Mexia Mascarenhas defenderam sua tese, conforme as seguintes recomendações:

> Das Instituições Retóricas de Quintiliano exporão tão somente as Doutrinas, que se contém no Compêndio deste autor, impresso para uso do Real Colégio dos Nobres. Além disto, analisando a Oração de Cícero *pro Dejotaro*, mostrarão todo o artifício Oratório, que nela poderão descobrir. Também se oferecem a

[70] BRAGA, T. *História da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências, 1992.AN. OR 1591 VS BIB.

[71] *NA CASA DOS ACTOS DO REAL COLÉGIO DOS NOBRES FAZEM PÚBLICO EXAME DE RHETORICA. ANTONIO DE SALDANHA DA GAMA, ANTONIO JOSÉ DE ALDANHA OLIVEIRA E SOUSA, JOSÉ SEBASTIÃO DE SALDANHA OLIVEIRA E SOUSA, JOÃO GALVÃO MEXIA MASCARENHAS, PRESIDINDO FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA COSTA. AOS 30 DE JUNHO DE TARDE.* Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, MDCCXCI/ 1791. BIBLIOTECA NACIONAL, DIVISÃO DE OBRAS RARAS, 25B, 2, 27.

> explicar a Carta de Horácio aos Pisões, chamada vulgarmente *Arte Poética*, seguindo a interpretação dos melhores escritores[72].

Além das mesmas referências, os estudantes também poderiam apresentar uma única tese, desde que sua exposição fosse feita separadamente, ou seja, a elocução do discurso valia tanto quanto ou mais do que a tese escrita[73].

Essas avaliações envolviam todo um cerimonial que legitimava a importância que o estudante arrogava a si mesmo. Quando a tese era defendida, na maioria das vezes, já se havia cumprido a etapa da escrita a contento da banca examinadora; aí não tanto o que se falava, mas o modo como se falava fazia toda a diferença[74]. A sonoridade da voz, a expressão da face, os gestos das mãos, o balanço do corpo e a certeza de si eram as qualidades que estavam em teste. Desse comportamento fazia parte um ar de solenidade, um instinto de propriedade treinados ao longo dos Estudos Menores por meio de provas orais, uma vez que sempre que falava o jovem se submetia à avaliação de seus conhecimentos, não lhe sendo franqueada a palavra em outros tipos de ocasiões[75].

Para o estudante, a finalidade desse ritual era provar aos examinadores que era capaz de persuadir e deleitar aqueles a quem apresentava um raciocínio direcionado por uma tese, cujos argumentos e sua apresentação eram previamente estudados. Nos primeiros exames da disciplina, tanto a forma quanto o tema da tese deveriam estar relacionados com a retórica[76].

O frei Martinho do Rosário, estudante do Real Colégio de Mafra, em 1790, foi um dos primeiros estudantes a realizar esse tipo de exame. Nesta ocasião, Rosário tentava provar o quanto os Príncipes Beneméritos eram justamente louvados pela eloqüência e poesia. Para isso, iniciou seu discurso pela definição desta arte, seu uso e seus preceitos, conforme se pode ler a seguir:

---

72 *CASA DOS ACTOS do Real Colégio dos Nobres fazem público exame de rhetorica. Antonio de Saldanha da Gama, Antonio José de Saldanha Oliveira e Sousa, José Sebastião de Saldanha Oliveira e Sousa, João Galvão Mexia Mascarenhas, presidindo Francisco Xavier de Oliveira Costa. Aos 30 de junho de tarde.* Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1791. P. 1, grifos do autor.

73 MADUREIRA FEIJÓ, J. de M. *Orthographia de arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portugueza para o uso do exmo. Duque de Lafões pelo seu mestre...Presbítero do H.de S. Pedro, Bacharel em Teologia e Pregador.* Lisboa: Imprensa Régia, 1806.

74 DE SIMONI, L. V. *Da necessidade da eloqüência. Seção do Cavalheiro Vicente Monti, pronunciada em 29 de novembro de 1803, na ocasião da abertura do curso de eloqüência, da Universidade de Pávia. Versão de Luis Vicente de Simoni.* Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, I-46,6,12.

75 ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO. *Plano de Estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal.* Lisboa: Regia Oficina Tipografica, 1769. BIBLIOTECA NACIONAL, DIVISÃO DE OBRAS RARAS, 63,5,18.

76 SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.* São Paulo: Duas Cidades, 1988.

> Chamar-se-á retórica, ou arte de bem falar, à coleção dos preceitos, que ensinam a persuadir pelo discurso. O uso desta arte é tão universal, como é a necessidade da persuasão. Daqui o apreço com que a estimam sempre os eruditos, certos dos meios, que ela oferece, para fazer agradável qualquer das ciências, que estudam, ou sobre que escrevem. Ainda que estes preceitos são da natureza e o Orador as observa, para os praticar, ser-lhe-á muito dificultoso, e talvez impossível a sua execução, sem os aprender nas obras dos que se serviram deles felizmente. [77]

Ao ler uma definição como esta, deve-se ter em mente que a retórica era uma arte prescritiva e universal que dependia da erudição de seus portadores, inspirados tanto pelo estudo de textos considerados clássicos como pela observação do comportamento dos bem falantes. Era necessário, portanto, que o discípulo estudasse grandes mestres da retórica; na época, Cícero, Demóstenes, Bossuet, Massillon, Vieira, entre outros. As referências da disciplina no final do século XVIII variavam de uma retórica clássica, como a grega e a latina, a uma retórica sagrada, como aquela ministrada pelos jesuítas, passando pelos renovadores da arte, em língua francesa[78].

Definida a retórica como uma arte de bem falar que se estendia a tantos assuntos quanto fosse possível falar, Rosário localizava sua importância na Europa do final do século XVIII:

> Mas hoje a Europa tem assaz aprovado os sentimentos daquele famoso mestre [Cícero], quando assina à Retórica um lugar distinto no Plano dos seus Estudos. Nós, que além de seguirmos este mesmo Plano, achamos honrada a nossa arte, depois que a nossa soberana se tem dignado a observar os seus progressos muitas vezes, assim como os das outras que manda ensinar neste seu Real Colégio; servimo-nos também de um tão grande estímulo, para continuarmos anualmente, como agora, a expor e defender os seus princípios[79].

Para Rosário a disciplina recobrava sua importância no final do século XVIII, galgando novos espaços entre estudantes e homens de Estado. Nesse caminho, Rosário afirmou sobre a importância do seu estudo:

> Como é certo que as coisas se proferem da mesma sorte que se idearam, se não há regra que as emende, para saírem ao público, debaixo da sua direção, e como é também certo que, a saírem sem esta regra, mil vezes, hão de perder o fruto de moverem aos que a ouvem, segundo se propõem sempre quem quer persuadir, fica indubitável, que os preceitos da Retórica geram a Eloqüência

77 ROSÁRIO, Fr. M. *Ao sereníssimo príncipe do Brasil por sua benevolência para com os estudiosos, oferece conclusões de Retórica e Poética, presidindo D. Luiz Da Senhor do Carmo, cônego regular do real colégio de Mafra. (Na sala pública dos atos do mesmo Real Colégio), aos 8 de setembro.* Lisboa, Oficina de Lino da Silva Godinho, MDCCLXXXX. P. 3.

78 RIBEIRO, A. L. *Theoria do Discurso Aplicada à Língua Portuguesa.* Lisboa: Impressão Régia, 1819.

79 ROSÁRIO, *Ao sereníssimo...*, p. 3.

> nos que se sentem hábeis em conceber as idéias que servem à persuasão. Ainda mesmo sem esta utilidade, merece todo o apreço a retórica, por dar a conhecer aos que a estudam o bom, ou mau gosto das composições literárias, certeza, que nunca pode ter quem ignora esta arte[80].

Na opinião de Rosário, a retórica agia em prol da coerência, do consenso e, ainda, do discernimento – movimentos considerados imprescindíveis na Europa de então. Para mais, a perfeição do discurso deveria ser buscada por meio do estudo e, mesmo que essa perfeição não fosse atingida, sua busca já representava um aprimoramento das relações de comunicação entre os homens[81]. Em outras palavras, a retórica fomentava ainda a disciplina e o esforço, qualidades cuja importância despontava de maneira exemplar na época[82]. Não obstante, havendo uma correspondência entre o pensamento e a fala, na retórica, o que se disciplinava era o próprio pensamento, tanto de quem falava, quanto de quem ouvia. Assim, fomentando a retórica acreditava-se criar um efeito multiplicador do conhecimento, disseminando noções de coerência, consenso, discernimento e disciplina[83].

Todavia, para cada matéria e/ou finalidade, se deveria utilizar um gênero adequado. Para Rosário, havia três gêneros: demonstrativo, deliberativo e judicial. Em todos esses gêneros, a finalidade do orador é persuadir seu ouvinte da tese proposta:

> Os meios do Orador introduzir a persuasão no auditório é trabalhar por ser acreditado, por parecer reto, e por lhe mover os corações: e eis aqui assaz vasta matéria para a invenção do mesmo orador, e que só pode julgar fácil aquele que nada reflete sobre as dificuldades, que a vontade opõem sempre aos que pretendem arrancá-la as suas próprias mãos[84].

Note-se que merecer crédito não é algo simples, o orador há de manter uma conduta constante se quiser garantir seu crédito social. Essa constância poderia, primeiro, ser demonstrada por meio dos estudos. Depois, a humildade deveria ser prestigiada. Isso porque a insolência poderia caracterizar o trabalho do discursista como um esforço artificial, interesseiro, e, por conseguinte, a falta de naturalidade do discurso colocaria em dúvida a autenticidade da tese, aliás, colocaria em dúvida a probidade daquele que discursa. Finalmente, o estudante que assumia o lugar de orador precisava saber recomendar-se para

80 ROSÁRIO, *Ao sereníssimo...*, p. 4.
81 CARVALHO, F. F. *Lições elementares de eloqüência nacional para uso da mocidade de ambos os hemisférios, agora mais correta e acrescentadas nesta quarta edição por.* Lisboa, Tipografia Rollandiana, 1850.
82 IMBERT, I.B.A. *Discurso sobre a influência que as letras exercem no estado social e da necessidade de as fazer florescer*. Rio de Janeiro: Typographia Austral, 1836.
83 DU MARSAIS. *Lógica ou reflexões sobre as principais operações do entendimento*. Lisboa: Oficina Simão Tadeu Ferreira, 1801.
84 ROSÁRIO, *Ao sereníssimo...*, p. 9.

ser bem aceito, afinal, por melhor que fosse, se não parecesse bom, não convenceria seu público que, uma vez receoso de acreditar em suas palavras, tampouco deixaria que seus sentimentos fossem conduzidos pelo orador[85].

Razão e sentimento faziam parte da retórica de modo equivalente, e ambos deveriam estar submetidos ao controle do orador[86]. Para alcançar um equilíbrio, era necessário o estudo dos sentimentos que, nos primeiros exames da disciplina são designados como afetos. Para João Dias Pereira Chaves, estudante de Mafra, os afetos tinham tal importância na retórica a ponto de serem distinguidos segundo seus estilos:

> Sobre os estilos dos afetos subscrevemos as seguintes regras: 1. O Orador deve usar aqui das frases mais perceptíveis que puder, 2. Não manifestar pensamento que gere qualquer embaraço na inteligência dos ouvintes, 3. Não expor as idéias em ar de quem argumenta com proposições, 4. Doer-se com termos de consternação e angústia e irar-se pelos mais fortes e expressivos, 5. Evitar toda a flor da Locução que alicie com a aparência de engenhosa, 6. Fugir de certos lugares comuns, que encantem pelo trabalho e curiosidade com que são ataviados, 7. Deixar as antíteses, períodos harmoniosos e toda a colocação de palavras que pareça estar de propósito em correspondência e desafio de outra semelhante, 8. Fazer com que os afetos não venham sem provas, que os disponham, exceto nas matérias em que todos estão já apaixonados, 9. Abster-se de sentenças que nascem ordinariamente da meditação mais profunda[87].

Para Chaves, ao mostrar quais atitudes inspiravam confiança, indignação, ódio ou entusiasmo, o orador ensinava ao seu público alguns valores morais edificantes[88]. Para um público sem discernimento, assistir a raiva do orador diante desta ou daquela situação era instruir-se no que podia ou não fazer, em como deveria se comportar nesta ou naquela ocasião[89].

Igualmente atentos aos afetos, os estudantes Paulo Ignácio Ferreira e Manuel da Assunção apresentaram sua noção desse aspecto da retórica em seu exame, assinalando que "os afetos são a descoberta mais proveitosa e ao mesmo tempo a mais agradável, que o Orador pode fazer pela Invenção, a favor da sua causa". Para Ferreira e Assunção, todavia, era preciso

---

85 ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO. *Plano de Estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal.* Lisboa: Regia Oficina Tipografica, 1769. BIBLIOTECA NACIONAL, DIVISÃO DE OBRAS RARAS, 63,5,18.

86 FONSECA, P. J. *Tratado dos afetos e costumes oratórios, considerados a respeito da eloqüência. Dividido em duas partes*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1786.

87 CHAVES, J. D. P.. *Exposição dos Preceitos da Retórica e Poética; Tratados de Cícero, Quintiliano, Horácio, Boileau e outros mestres da eloqüência e poesia que presidindo D. Luiz da Sra. Carmo, Cônego Regular oferece a Exame Público, na sala dos actos do Real Colégio de Mafra, no dia 16 de junho de tarde.* Lisboa: Oficina de Lino da Silva Godinho, 1784. P. 14.

88 EÇA, M. A. R. da S. *Reflexões sobre a vaidade dos homens ou discursos morais sobre os efeitos da vaidade*. São Paulo: Livraria Martins.

89 IMBERT, 1836, opt.cit.

que o orador estivesse atento para relacionar afetos ao entendimento. Isto porque, para os estudantes, "a vontade não abraça mais que os objetos representados pelo entendimento" [90], ou seja, não sendo inteligível, dificilmente um discurso seria aceito. Essa preocupação com a importância do entendimento e do estudo tinha como pano de fundo uma certa resistência, se não uma contraposição à crença de que a retórica e a eloqüência, eram fruto de um dom que, uma vez herdado ou ganhado, bastava para que se persuadisse este ou aquele público. Para mais, estava calcado num princípio kantiano de que a inteligência tinha haver com a sua comunicabilidade, que a razão tinha haver com o domínio da linguagem, advindo do seu polimento no exercício disciplinado do estudo e da eloquência. Daí a importância da relação entre o que se lia e como se falava, entre as bibliotecas e os discursos.[91]

Em 1782, o estudante Ignácio Joseph de Moraes Brito apresentou-se preocupado justamente com a eficácia do entendimento na condução de afetos tais como a virtude. Em sua tese, este estudante tentava responder à questão: "Quanto é eficaz a persuasão da eloqüência para conduzir a virtude e a boa índole dos príncipes?" no seu exame de retórica. Sua tese é a de que quando o orador conseguia manter a objetividade no seu discurso, isso significava que ele era um homem de bem, porque se esforçava por não dispersar o ouvinte falando de temas desnecessários que, inclusive, poderiam desviá-lo da verdade. Para Brito, essa objetividade dependia do estudo, pois dele era oriunda a sagacidade e a clareza necessárias para compreender e explicar um tema, ou seja, o entendimento contribuía para o polimento dos afetos na medida em que permitia uma seleção, entre as múltiplas sensações do homem, daquilo que realmente deveria ser considerado importante. A objetividade, portanto, estabelecida a partir de uma noção de utilidade que, de maneira gradual era entendida como um princípio público, se impunha contra tergiversações dispersas ou dispersivas. Dar um sentido ao próprio discurso, assim como dar um sentido à própria vida, eram prerrogativas para uma noção cada vez mais pulsante de progresso. Essa noção de progresso implicava na construção de unidades direcionadas, conformando um ideário de coesão social que só se afirmaria na segunda metade do século XIX, mas que desde o século XVIII atende pelo nome de instrução pública[92].

---

90 BRUNETTE, P. I. F. *Conclusões sobre a poezia, e eloqüência, presidente D. Luiz da Senhora do Carmo. Defendem frei Manoel d'Assunção e . Aos 8 de setembro.* Lisboa: Silva Godinho, 1785. (BN/OR 40,10,9). P. 33.

91 FERREIRA, S. P. *Preleções philosóphicas sobre a theoria do discurso e da linguagem, e esthética, a diceósyna e a cosmologia.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813.

92 CAYRU, V. *Escola Brasileira ou Instrução Útil A todas as classes, extraída da sagrada escritura para uso da mocidade.* Rio de Janeiro: Tipografia de Plancher-Seignot, 1827.

Não obstante, para Brito, se o caso é convencer, aquele que ouve é sempre mais importante do que aquele que fala, assim a retórica deve sempre estar direcionada para o objeto da ação, motivo pelo qual o orador deve estudar o comportamento do seu público, pois somente com um discurso corretamente direcionado para um determinado público é que poderia persuadir. O estudo do outro ganha, com a História que se escreve no período, um aval e um respaldo. Assim como ocorreu na Inglaterra shakespeareana o mito da nação se inscreve sobre o ideário universaliza da Igreja Católica[93] conferindo antiguidade e heroísmo suficientes para legitimar a distinção entre os homens. Se no reino anglo-saxônico isso ocorre por meio do teatro, no mundo latino a expressão é liderada pelos púlpitos[94]. De uma maneira ou de outra, as cátedras e agremiações científicas ou literárias irão se esforçar por arregimentar e conduzir tais discursos[95]. Ao orador, por conseguinte,

> Será necessário que faça consistir a sua primeira qualidade em ser homem de bem, para não enganar jamais o auditório, que lho não merece, pela confidência com que se entregou a sua probidade. Para isso, todos os seus argumentos ou razões com que prova os assuntos devem ser ao menos verossímeis, disposto a deixá-los, apenas se mostrarem verdadeiros os do contrário. Estas razões pode achá-las o orador e com efeito as descobre na atenção com que olha para as circunstâncias da causa; porque nenhuma outra coisa o fará mais eloqüente, que o encher-se dela, ou da justiça que a acompanha[96].

O orador não deveria, portanto, subestimar seu público, não deveria deixá-lo sem entender aquilo que dizia e, para isso, deveria recorrer às mais variadas maneiras de se fazer entender. Acerca dessas maneiras, pontuou Brito: "valem muito os Exemplos; sobretudo para com os menos sábios, que ordinariamente, ou não entendem, ou temem as razões como laços armados à sua simplicidade"[97]. Esses exemplos eram geralmente retirados da história e a sensibilidade para saber quando e onde utilizá-los vinha, para Brito, de uma certa cultura de salão, imprescindível ao orador quando quisesse ser simpático e sensível às paixões. Neste sentido, Brito compara a disposição do discurso com a ordem na construção de um edifício: um mau discurso pode ser um labirinto. Os "cômodos" do discurso deveriam, pois, ser

93 ASSMANN, 2011, opt cit.

94 GALVÃO, B. F. R. O púlpito no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 92, volume 146, Imprensa Nacional, 1926, Rio de Janeiro.

95 RIBEIRO, J. S. *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal, nos sucessivos reinados da monarquia*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1871.

96 BRITO, I. J. de M.. *Conclusões de retórica e poética, presidente D. Luis da Senhora do Carmo, defende Ignácio Joseph de Moraes Brito, colegial de Mafra, na aula dos atos públicos, aos 10 de outubro de 1782.* [Mafra]: [s.n.], [1782] (BN/OR 63,3,13). P. 5

97 BRITO. *Conclusões...,* p. 6.

acomodados à sua função, assim, para começar um discurso: exórdio; para apresentar a tese: proposição; para comprovar a tese: narração; para encerrar o discurso: epílogo.

No exórdio, o orador deve cumprimentar sua platéia e informá-la do que seguirá. A isso deve suceder a proposição que, uma vez anunciada, será comprovada e, para este estudante, "As provas do discurso são o todo dele, porque mais esperam os mesmos ouvintes, como objeto que lhes anunciou na proposição"[98]. Após a apresentação das provas e da ponderação de questões em contrário, deve o orador resumir o que foi dito e concluir suas idéias no epílogo. À construção dos andaimes da oração, devia suceder sua ornamentação:

> Juntas assim e dispostas todas as coisas precisas à Oração, segue-se adorná-las, e por a última demão a este belo edifício. Assinam-se quatro meios para isto; a saber: Elegância, Composição, Dignidade e Decoro. O primeiro está todo em falar pura e claramente; o que cumpre aquele orador que foge das palavras antigas, quando não as precisa; das novas, que tem raro uso; das sórdidas e estrangeiras à Língua, em que se explica; e das frases poéticas, alheias certamente da gravidade da Oratória. O segundo está na boa colocação das mesmas palavras que se adotam, dando-lhes ordem, união e número; o que mostraremos com exemplos. Consiste o terceiro nas figuras da Retórica; que não devem ter este nome, se carecem de força e graça. Usa-se, enfim, do quarto; apropriando os estilos diversos de falar às causas, e ainda às partes diversas das mesmas causas, segundo o pede a sua grandeza, ou vulgaridade[99].

Para que um discurso fosse corretamente finalizado, contudo, era necessário proceder a elocução e, neste quesito, a eloqüência era imprescindível. Acerca deste tema, Luiz Gonzaga da Silva, Filipe Neri Vital Gorjão, Joaquim José Duarte, João Marques de Oliveira, Francisco de Assis e Manoel da Silva Botelho, alunos do Real Colégio Patriarcal de Nossa Senhora da Conceição na Vila de Santarém, defenderam que a "Retórica é a arte que ensina a descobrir tudo quanto é capaz de persuadir em um discurso", o que não significa dizer que quem conhece as regras é feliz em aplicá-las, pois há muita "há muita diferença entre Retórico e Orador"[100]. O primeiro escreve o discurso, o segundo o proclama. A inteligência da proclamação está na entonação exata das palavras, mas também no uso da letra escrita de acordo com a sensibilidade em relação ao público. Entende-se, portanto, que muitos dos discursos hoje lidos não foram proclamados tal como se nos apresentam. Os oradores incluíam frases, cortavam frases, mudavam sua forma de apresentação. Esse dado nos leva a

98 BRITO. *Conclusões...,* p. 11.
99 BRITO. *Conclusões...,* p. 14.
100 REAL COLÉGIO PATRIARCAL DE SANTAREM. *Para exame público de retórica, presidindo José Francisco da Soledade Bravo, oferecem Luiz Gonzaga da Silva, Filipe Neri Vital Gorjão, Joaquim José Duarte, João Marques de Oliveira, Francisco de Assis, Manoel da Silva Botelho. Alunos do Real Colégio Patriarcal de Nossa Senhora da Conceição na Vila de Santarem, as seguintes teses: no dia do presente mês de tarde.* Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, [179?].

concluir ainda que tanto os discursos publicados eram utilizados por mais de uma pessoa, que o colhia em páginas de jornais, folhetins avulsos ou coletâneas, revisavam o material inserindo exemplos próximos ao público ouvinte e adequando a linguagem às necessidades locais; quanto apenas aqueles discursos considerados modelos replicáveis eram publicados em papel[101]. Com essa informação, há que se reconhecer que um discurso publicado possuía um efeito multiplicador ainda por ser mensurável. Quantas vezes se leu as teses aqui elencadas? Para quantas pessoas? Em quantos diferentes espaços esses discursos tiveram aplicações diversas? Assim como um livro voltado para a instrução, o uso e reuso desse tipo de material é presumível, mas pouco palpável ainda.

Para os estudantes do colégio de Santarém, a destreza dos oradores era uma dádiva divina que só podia ser aperfeiçoada, nunca gerada. Paralelamente, a inexperiência dos retores ou retóricos provocava a construção e a discussão de regras inaplicáveis à oração. Aliás, essa não era uma opinião exclusiva dos estudantes de Santarém. Com suas *Conclusões sobre a poesia e a eloqüência*, o estudante Sebastião José de S. Paio Mello e Castro submeteu-se ao exame de conclusão dos estudos menores em 1779. Para ele, retórica e eloqüência eram áreas que comportavam diferentes habilidades, distinguidas no momento da elocução:

> Esta é a parte da retórica que distingue tanto o homem eloqüente, do que só é retórico; como a que diferencia entre si os oradores. Dar preceitos, bem se vê que não é pô-los em prática; mas sendo muitos os que se aplicam sabiamente a esta prática, só o modo de os fazer mais ou menos agradavelmente, é que pode distingui-los, e eis aqui a vantagem que traz a elocução a qualquer orador. Uma imaginação fecunda pode inventar facilmente um juízo sólido; e o conhecimento dos preceitos inspiram uma boa ordem, e corrigem todo o desvario das lembranças; mas a elocução pede mais trabalho, medita muito sobre a língua que se fala, para escolher dela os termos mais expressivos, claros, puros, e estar sempre usando deles; e além disto reserva também, e põe como à mão, os mais concisos e sonoros, porque tem ainda bastantes vezes de por em uso; já para imitar nas palavras os pensamentos; já para fazer aos ouvidos uma espécie de música, com que os recreie ao mesmo tempo em que fala. As figuras retóricas tem aqui o seu lugar próprio, para o que deve conhecer-se a força e a graça particular de cada uma, a fim de que o bom orador nem as introduza sem a necessidade de algum especial movimento que então peça o discurso, nem as julgue indiferentes por lhe parecer que qualquer delas poderá aí fazer o mesmo efeito. A arte ensina as próprias de cada lugar; tranqüilas e mais ou menos veementes, porque na sua economia e boa escolha, vai grande parte da fortuna a que aspira o discurso. Os diversos estilos igualmente tem o seu uso na elocução. Da maior ou menor importância da matéria, se tira o conhecimento de qual deles lhe compete. Nós

[101] WOLF, F. *O Brasil literário*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Pref./Trad./Not. Jamil Almansul Hadad. Série 5ª, vol. 278/Brasiliana, 1955.

> responderemos ao que se nos perguntar sobre todas estas advertências, que constituem a boa Elocução.[102]

Na memória do ouvinte, a longo prazo, estariam fixados os afetos que a elocução do orador era capaz de inspirar. Nesse limite, a eloqüência era mais importante, porque só a experiência garantia ao orador a capacidade de mover os afetos da platéia mais resistente. Consoante, o discípulo que se arriscasse ao exame de retórica precisava possuir o que os estudantes lusitanos denominavam como "natureza eloqüente". Essa natureza era caracterizada por um certo poder de sedução por meio das palavras que se comprovava pela boa compreensão, boa conduta e pela morigeração demonstradas[103].

Essa vocação era demonstrada na defesa de uma tese. O ar solene com que este tipo de comunicação foi praticada contribuiu igualmente para que se projetasse um tipo de postura do letrado diante de seus colegas. Num espaço em que falar era o mesmo que estudar e refutar a opinião do colega era considerado um ato de vilania – porque debater as idéias apresentadas poderia diminuir a nota do expositor, que geralmente era um igual –, o debate entre os alunos foi considerado um ato equivocado e, por isso, deixado em segundo plano. Em suma, discutir desautorizava o colega, diminuía a força do discurso.[104]

Só aos mestres essa possibilidade era apresentada e, na cátedra, a palavra do mestre encerrava verdades incontestáveis, tanto porque este se tornara mestre em razão de seus muitos méritos – a alfabetização por si só já constituía sinal de distinção e nobreza –, quanto porque não havia muitos outros meios pelos quais suas idéias poderiam ser comprovadas ou mesmo discutidas além das orações docentes.

A retórica era aí considerada uma ação que propiciava a distribuição da cultura, tão necessária para a civilização e conseqüente prosperidade da população. Seu uso era naturalmente bom, pois demonstrava a generosidade de seu portador em compartilhar seus conhecimentos. O aplauso do público servia como base para o julgamento das habilidades do orador. O ornamento do discurso garantia a distinção dos oradores segundo classe, profissão ou intenções. Tal recurso estava vinculado ao nível de conhecimento e habilidades do orador

---

102 CASTRO, S. J. de S. P. M. e. *Conclusões sobre a poesia e eloqüência, presidente D. Luis da Senhora do Carmo.* Lisboa: Oficina Luisiana, 1779. (BN/OR 35,21,1). P. 12-13.

103 FORTES, Pe. Inácio Felizardo. Breve exame de pregadores, pelo que pertence a arte de Retórica, extraído da Obra intitulada*: O pregador instruído nas qualidades necessárias para bem exercer o seu ministério*; pelo (...). Rio de Janeiro, Publicações da Imprensa Régia, 1818. BIBLIOTECA NACIONAL, DIVISÃO DE OBRAS RARAS.

104 ANÔNIMO. *O verdadeiro pregador no século XVIII, referindo os processos e decadências e restaurações, que tem tido a Oratória sagrada, desde o princípio do mundo até o presente e reprovando o sistema adotado por alguns pregadores, mais modernos: propõe ultimamente em diferentes sermões, diferentes modelos da Eloqüência Evangélica.* Porto: Oficina de João Agathon, 1798.

em relação às partes que compunham a arte retórica, mas a eficácia do discurso estava mais próxima do carisma de seu portador, típica da eloqüência. O exercício da eloqüência, por sua vez, faria com que o discurso na língua pátria e com referências da cultura local se tornasse cada vez mais "natural" e, portanto, mais autêntico, propiciando aos nacionalismos então emergentes tanto uma justificativa quanto um incentivo.

Considerações Finais

Como se sabe, o terreno da instrução é de difícil escrutínio, seja porque não se estabeleceu aí uma cultura do registro, seja porque a fluidez das relações não é captada pela seleção interna de textos e matérias publicadas[105]. Trata-se, portanto, de um terreno insólito que, voltado para a construção discursiva do futuro a partir da legitimação disciplinar do passado, se arroga, em princípios do século XVIII, o papel de libertador do povo[106]. A libertação proposta a partir do conhecimento integra a chamada cosmologia iluminista[107] sob a insígnia do *instruir recreando*[108]. Se efetiva pelo estabelecimento da retórica em língua nacional como eixo compartilhado desde a França, em 1746, até Portugal, 1756. Embora parta de uma renovação da área amalgamada no classicismo renascentista, só se efetiva com a proposta de ampliação e laicização da oferta em meados do século XVIII[109]. A razão é protagonista desse movimento e a lógica da argumentação procura ordenar línguas locais seja pelo exercício do purismo na localização de referências autênticas, seja pela construção de uma estrutura discursiva modelar o suficiente para a manutenção do entendimento universal. Consoante, a proposta é a de conformação de um discurso que seja a um tempo universal e local, nacional e integrador, inovador e tradicional. Nesse paradoxo da modernidade situam-se o poeta-mestre, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, e os primeiros estudantes avaliados nos exames de retórica de 1770 em Portugal.

Na biblioteca do primeiro encontramos uma retórica clássica e latina, salpicada de influências italianas, francesas e inglesas. Vale destacar que aquele que seria o principal manual da área em meados de 1830 já está presente, em língua francesa - o manual do sermonista escocês Hugh Blair. Nos exames dos segundos, a utilidade e o objetivo da retórica

105 JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.
106 BOTO, Carlota, *A Escola do Homem Novo*: Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. SP: Ed. UNESP, 1996
107 FERREIRA, 1813, opt.cit.
108 LEAL, F. L. *Plano de estudos elementares*. Lisboa: Oficina de João Procópio Correa da Silva, MDCCCI.
109 BURKE, Peter. *Linguagens e Comunidades nos Primórdios da Europa Moderna*. São Paulo, Unesp, 2010.

concentram as atenções. Para quê estudar a comunicação oral proposta pela retórica? A resposta é clara, para persuadir. Mas persuadir à quê? Nos parece que essa persuasão seja reflexiva: persuadir da importância da própria retórica, esta entendida como dínamo do polimento do indivíduo, de uma cultura local, de uma utopia iluminista, do progresso da nação que cumpre com o próprio destino, todos elementos construídos no âmbito do próprio discurso, que deverá dizer como esse indivíduo deve ser (ministrando receitas de afetos), quais costumes possui, quais objetivos alcançar e por quais elementos mensurar a distância em relação aos mesmos. Tautológica, é verdade. Hermenêutica, quiçá. Obsoleta, será? Construída em circuitos fechados, com a finalidade de delimitar fronteiras nacionais, a disciplina, baseada no treino da memória, na reconstrução da História e no entendimento da comunicação como a principal finalidade do conhecimento, emerge como escopo do enaltecimento da individualidade, na valorização do homem pela quantidade de seguidores que ele é capaz de mover.